



APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2024

PERÍODO: 01.01.2024 a 31.12.2024

SUMÁRIO DOS RESULTADOS RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2024


A metodologia de trabalho adotada abrange os aspectos pertinentes ao conhecimento das ações do Consórcio, à percepção sobre as principais áreas de atuação e pauta política específica, à compreensão sobre o funcionamento dos programas e respectivas ações ou equivalentes, bem como a avaliação sobre as unidades responsáveis por sua gerência e implementação. Esse processo permanente de trabalho permite, por meio da reavaliação efetuada a cada novo conjunto de dados e informações obtidas, manter o controle sempre atualizado e atuante.

I – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E À EFICÁCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Após a análise da Gestão Orçamentária, foi possível observar que a administração atentou para o cumprimento do Orçamento, observando-se um Superávit Orçamentário de R\$6.528.739,60, resultado obtido do valor da Receita Arrecada no valor de R\$26.648.673,20 em relação a Despesa Líquida no valor de R\$20.119.933,60.

Em relação à Gestão Financeira, observamos um Superávit Financeiro no valor de R\$10.290.252,59.

Analisando ainda a gestão financeira, o Consórcio apresentou valores de Restos a Pagar no total de R\$145.850,26 conforme demonstrativo abaixo.

		CISMAS - Consórcio Inter. de Saúde dos Mun. da Micro Região do Alto Sapucaí ESTADO DE MINAS GERAIS Resumo de Restos a Pagar por Recurso		Página: 1 de 1
				PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2024
ESPECIFICAÇÃO		PROCESSADO	NÃO PROCESSADO	TOTAL
CISMAS - Consórcio Inter. de Saúde dos Mun. da Micro Região do Alto Sapucaí				
RESTOS A PAGAR 2024		45.610,00	100.240,26	145.850,26
102 - Receita de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Saúde			1.148,46	1.148,46
112 - Serviços de Saúde		45.610,00	64.974,00	110.584,00
255 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde			9.996,00	9.996,00
316 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta			24.121,80	24.121,80
TOTAL ENTIDADE		45.610,00	100.240,26	145.850,26

Fonte: Sistema ADPM

Importante ressaltar que o valor apresentado na fonte 255 é decorrente de recurso recebido pelo Estado, através da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, onde a despesa empenhada possui cobertura financeira para cumprimento das obrigações e observou-se um saldo bancário de recursos financeiros disponíveis na fonte 102 e 316, já para a fonte 112 a despesa ficou comprometida por falta de recurso financeiro, sendo melhor apresentado no quadro abaixo.



Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da
Microrregião do Alto Sapucaí – CISMAS
CNPJ 01.111.142/0001-99



CISMAS - Consórcio Inter. de Saúde dos Mun. da Micro Região do Alto Sapucaí

Página: 5 de 5

ESTADO DE MINAS GERAIS

Demonstrativo de Movimento Numerário por Fonte de Recurso

Período de 01/01/2024 a 31/12/2024

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	26.648.673,20	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	20.074.323,60
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	551.627,54	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	5.690.769,97
SOMA	27.200.300,74	SOMA	25.765.093,57
SALDO ANTERIOR	8.972.463,65	SALDO ATUAL	10.407.670,82
TOTAL	36.172.764,39	TOTAL	36.172.764,39

RESUMO POR FONTE DE RECURSO	SALDO ANTERIOR	DEPÓSITOS	RETIRADAS	SALDO ATUAL	
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços - públicos de saúde Recursos não Vinculados de Impostos	637.839,07	3.208.915,40	3.773.826,39	72.928,08	
1.605.000.0000 Assistência financeira da União destinada à - complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	1.508,53	35.302,57	27.838,74	8.972,36	
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS - provenientes do Governo Estadual	4.906.453,73	8.683.816,45	5.796.636,69	7.793.633,49	
1.632.000.0000 Transferências do Estado referentes a Convênios e - Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	3.101.110,04	140.151,79	3.204.427,47	36.834,36	
1.659.002.0000 Serviços de Saúde - Outros Recursos Vinculados à Saúde	179.210,24	17.615.296,91	17.586.472,40	208.034,75	
1.755.000.0000 Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração - Direta	146.342,04	687.729,36	834.071,40	0,00	
1.756.000.0000 Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração - Indireta	0,00	535.845,34	0,00	535.845,34	
1.869.000.0000 Outros Recursos Extraorçamentários -	0,00	265.403,96	265.403,96	0,00	
2.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços - públicos de saúde Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	404.789,28	394.882,63	9.906,65	
2.605.000.0000 Assistência financeira da União destinada à - complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	0,00	3.017,06	1.508,53	1.508,53	
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS - provenientes do Governo Estadual	0,00	3.137.053,73	1.861.849,89	1.275.203,84	
2.632.000.0000 Transferências do Estado referentes a Convênios e - Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	0,00	3.035.885,18	2.571.081,76	464.803,42	
2.755.000.0000 Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração - Direta	0,00	146.388,35	146.388,35	0,00	
TOTAL GERAL	8.972.463,65	37.899.595,38	36.464.388,21	10.407.670,82	
00019 Prestação de Serviços	50379-7	2.689,06	12.872.936,62	12.843.841,89	31.783,79
1.659.002.0000 - Serviços de Saúde Outros Recursos Vinculados à Saúde		2.689,06	12.872.936,62	12.843.841,89	31.783,79

Fonte: Sistema ADPM

O fato de não ter disponibilidade financeira para cumprimento das obrigações referente a fonte 112, fere o Art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal que diz:

“É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no Art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.”



Apresentar Restos a Pagar sem cobertura financeira é passível de penalidade, de acordo com a Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, dos Crimes contra as Finanças Públicas, porém, cabe ressaltar que os valores se justificam devido a inadimplência dos entes Consorciados na quitação das notas fiscais de prestação de serviços (exames/consultas/transporte de paciente), onde conseqüentemente, não foi possível efetuar os pagamentos aos prestadores.

O Consórcio não possui dívidas no subgrupo do Passivo Permanente.

Em relação a gestão Patrimonial, o Consórcio possui controle de seu Patrimônio, onde os bens estão etiquetados, os veículos possuem seguros em dia e os imóveis estão em bom estado de conservação.

II – ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES E CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O Consórcio não realizou operações de crédito.

III – ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DOS LIMITES E CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL

O Consórcio atua no controle de pessoal, principalmente, na análise da legalidade, que consiste na verificação da veracidade, legitimidade e legalidade dos atos de pessoal, dos processos relativos à admissão, ao desligamento e à aposentadoria.

O Consórcio manteve o controle dos gastos com pessoal e não ultrapassou o limite exigido pelos dispositivos constitucionais e LRF 101/00 (*União: 50%; Estados: 60% e Municípios: 60%*), durante o exercício de 2024, onde o percentual aplicado com pessoal foi de 5,45% em relação a Receita Corrente Líquida.

Nos termos do Art. 158, da Constituição Federal, os valores relativos ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os pagamentos de serviços prestados por terceiros e/ou sobre remuneração pagas aos funcionários, foi apropriado corretamente no Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada. As contribuições previdenciárias ao Regime Geral da Previdência (INSS) foram devidamente contabilizadas e recolhidas.

IV – INFORMAÇÕES QUANTO À DESTINAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

O Consórcio realizou alienação de bens móveis, onde o recurso tem sido aplicado para aquisição de equipamentos e novos mobiliários.



Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da
Microrregião do Alto Sapucaí – CISMAS
CNPJ 01.111.142/0001-99

O saldo remanescente e receita de retenção de IRRF, serão destinados para despesa de capital (investimentos) nos próximos exercícios.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Quanto às providências tomadas, para recondução dos montantes da dívida consolidada e mobiliária aos respectivos limites (Art. 31 da LC nº 101/2000), o Consórcio **não possui** dívidas consolidadas e mobiliárias, previstos pelas Resoluções do Senado Federal e exigidos pela LC nº 101.

COMPOSIÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

O processo de Prestação de Contas encontra-se devidamente instruído, com os elementos de que trata a Instrução Normativa do TCE/MG e representam de forma fidedigna os documentos que deram origem às informações contidas no Processo.

ADRIANA CRISTIANE DE LIMA CASTRO
CONTADORA - CISMAS